

# BOLETIM DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS | GCII | EDIÇÃO Nº 04 | MÊS 01 DE 2019

## Cumprimentos de final de ano



### Cerimónia de Cumprimentos de final de ano de 2018

No dia 27 de Dezembro de 2018, realizou-se na sala de reuniões do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos a cerimónia de cumprimentos de fim de ano, orientada pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, e que contou com a presença da Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Januário, dos Directores Nacionais, Chefes de Departamento e demais funcionários do Órgão central.

### 43 anos de emissão e atribuição de Bilhete de Identidade

Em alusão ao 43º aniversário da emissão e atribuição do 1º Bilhete de Identidade da República de Angola, que se celebra a 5 de Janeiro, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realizou uma feiras do Bilhete de Identidade em todo país.



## Intervenção de Sua Excelência Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos

# “Faremos de 2019 o ano da mudança efectiva para o novo ciclo político no Sector da Justiça”



Gostaria de agradecer a todos os colegas pelo vosso apoio e dedicação durante o ano que agora chega ao fim.

O ano de 2018 ficou caracterizado como o período de transição entre dois ciclos políticos. Serviu para criar as condições para as mudanças e os desafios que o novo ciclo reclamam, designadamente o combate à corrupção e à impunidade e a moralização da sociedade.

O Sector da Justiça joga um papel fundamental no combate à corrupção e na moralização. Por isso tivemos de desenvolver acções nesse sentido, como o programa de moralização, a criação de um ambiente de trabalho mais salutar, a movimentação de quadros de direcção e chefia e o reforço da acção fiscalizadora e disciplinar contra os faltosos.

Dentro desse quadro, o ano de 2018 pode ser considerado como positivo em termos de transição para o novo ciclo.

Gostaria de destacar alguns aspectos fundamentais ocorridos durante este ano:

### Condições de trabalho

No domínio social e nas condições de trabalho, realizamos o concurso público com a promoção no regime geral de 747 funcionários e a progressão do regime especial de 2.885 funcionários.

Quero destacar aqui a colaboração do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Angola (SOJA), quer durante a fase das negociações quando ocorreu a legítima reivindicação dos trabalhadores e funcionários, quer durante a fase do concurso público em que deu uma prestimosa colaboração, quer também na partilha e análise dos problemas do Sector, no Conselho de Direcção.

Gostaria de referir que durante este ano foi possível estender o subsídio que não existia a bastantes funcionários do Sector da Justiça. Passaram a beneficiar de subsídios 368 funcionários do Tribunal Supremo, 591 da Procuradoria Geral da República e 428 do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, perfazendo um total de 1.387 funcionários que beneficiaram de um subsídio que não existia.

### Reforma da Caixa de Previdência

Gostaríamos, também, de destacar aqui a reforma que se está a empreender na Caixa de Previdência da Justiça, enquanto instrumento fundamental para a estabilidade social dos funcionários.

Infelizmente, temos que fazer uma crítica ao trabalho da Caixa de Previdência. Não está a acompanhar o ritmo das mudanças, das reformas e da atenção que devem ser dadas aos funcionários dos Sector da Justiça. Temos problemas com o acesso à saúde, temos problemas com as questões relacionadas com a morte, com as urnas... enfim, com outras coisas, porque a Caixa não está a

funcionar.

### Maior coesão interna

Este ano, podemos ver e assistir o reforço da coesão entre a família da Justiça. Isso foi possível, porque houve maior partilha de informação. Houve uma direcção mais horizontal, em que houve maior participação das pessoas nos assuntos da gestão da Justiça.

Contribuiu para isso o novo Boletim da Justiça e dos Direitos Humanos, que é o nosso órgão de informação local, que permite esta ligação entre nós e, naturalmente, os grupos de WhatsApp que foram criadas e que permitem esta ligação e esta maior coesão.

Pode-se dizer que no ano de 2018 a imagem do sector da Justiça na sociedade melhorou. A opinião geral é positiva. É isso que nós sentimos.

### Ambiente laboral

No Ambiente de Trabalho, verificou-se a interiorização e a compreensão dos valores da Transparência, da Lealdade e do Rigor. Verificamos, também, que foi possível fazer um trabalho de saneamento do ambiente de trabalho. Alguns males que existiam, e que não vale a pena repeti-los aqui, foram possível atenuar. Ainda não foi possível erradicar, mas estamos no bom caminho.

Por isso mesmo temos que dizer que a campanha de moralização, que iniciou em Maio deste ano e que prossegue no ano que vem, está a produzir os seus efeitos.

Participamos, também, em algumas actividades por incumbência de Sua Excelência o Presidente da República. O que traz efectivamente para todos nós a alegria de o sector merecer a confiança do mais alto lider da Nação.

## Intervenção de Sua Excelência Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos



### Estratégia Nacional de Direitos Humanos

Há que destacar realizações importantes como a Estratégia do Executivo, que agora é Estratégia Nacional, dos Direitos Humanos em que foi possível juntar a família da sociedade civil e participar nessa iniciativa de uma forma assumida, participativa e criativa. Isso reforçou os laços entre o Sector da Justiça e dos Direitos Humanos e a Sociedade Civil. É algo que esperamos que no próximo ano se reforce ainda mais.

### Nova Estratégia Financeira

Gostaríamos ainda de referir a nova Estratégia Financeira para o Sector da Justiça que combina dois

aspectos: Orçamento Geral do Estado (OGE) e Cofre Geral da Justiça (CGJ). O OGE aumentou, embora não tenha aumentado no nível que seria desejado para o Sector. Mas explica-se pelo facto de o país estar em crise. O CGJ é um instrumento muito importante para o financiamento do Sector da Justiça. OJ está a sofrer uma profunda reforma e os resultados já são visíveis. A Reforma da Justiça e do Direito vão sentir já de imediato o resultado da reforma do Cofre Geral da Justiça.

Muitas das despesas que fizemos daqui para frente vão ser suportadas já com o resultado da reforma do Cofre Geral da Justiça.

### Reforma da Justiça e do Direito

A Reforma da Justiça e do Direito também estão em curso. Em 2019 surgirão os dois primeiros Tribunais da Relação em Luanda e Benguela e os Tribunais de Comarca em todo país. Vamos seguir o mapa da autarquização do país com os tribunais de comarca.

### Bilhete de Identidade Integrado

O Bilhete de Identidade Integrado foi, sem dúvida, o ex libris do ano de 2018. Realmente foi onde pudemos registar os maiores progressos. Desde que lançamos o novo cartão, foram emitidos 1.795.736 bilhetes novos, no novo modelo, o que representa um

record anual e um aumento de 49% em relação a 2016 e 14% em relação 2017.

Nesse domínio, foi possível integrar na plataforma do Bilhete de Identidade os Números de Contribuinte Fiscal, de Eleitor, de Segurança Social do cidadão (INSS), de Segurança Social da Caixa de Providência da Polícia, de Segurança Social da Caixa Social das FAA e o de Assento de Nascimento e de Óbito, estes últimos embora num número reduzido ainda.

Houve melhorias nas relações institucionais entre o MJDH, o Tribunal Supremo, a PGR e o Ministério do Interior, o que muito nos alegra.

### Maior atenção

As áreas que requerem maior atenção no ano de 2019, e para as quais gostaria de contar com os esforços de todos os colegas, são aquelas que têm a ver com o Espírito de equipa. Precisamos de reforçar o espírito de equipa, a pontualidade e o cumprimento dos prazos. Ainda temos bastantes dificuldades nestes dois domínios e solicito que façamos um esforço neste novo ano para melhorar estes dois índices.

## Intervenção de Sua Excelência Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos

### Áreas mais críticas

As áreas mais críticas do nosso sector, e não enumero para fazer uma critica destrutiva, mas para que possamos todos concorrer para a sua melhoria, são os Registo e o Notariado. Não estão bem o registo e o notariado. Precisamos de fazer um grande esforço nesse domínio para que essa área estratégica do nosso sector caminhe na mesma velocidade que as outras.

### Gestão de Recursos Humanos

A Gestão de Recursos Humanos precisa de ser bastante melhorada. Precisamos de fazer um trabalho de maior equipa e ter sentido de hierarquia na gestão dos recursos humanos, de forma a conseguirmos resultados mais eficazes, porque estamos a trabalhar com pessoas.

### Área jurídica

O Gabinete Jurídico precisa de ser mais célere no seu trabalho, precisa de preparar decisões mais rápidas naquelas áreas que são da sua competência. Refiro-me aos processos de aquisição da nacionalidade, processo de registo das organizações sociais, etc., onde há atrasos consideráveis.

### Acompanhamento as Delegações Provinciais

Temos, também, de reforçar o trabalho no Acompanhamento das Delegações Provinciais. Sinto que há uma certa distância, não apenas física, mas institucional entre o Centro e as Delegações Provinciais. Temos de fazer um grande trabalho no sentido de nos aproximarmos mais.

### Boas práticas na Contratação Pública

Precisamos, igualmente, de melhorar e reforçar as

boas práticas na Contratação Pública. Os problemas que temos sentido com essa área são, realmente, preocupantes. É verdade que são problemas que vêm do ciclo político anterior. Mas nota-se, por vezes, alguma resistência em corrigir os erros que se cometeram nesse domínio. Precisamos de fazer um esforço para que não haja mais problemas no domínio da contratação pública.

### Circulação documental

A área da circulação documental é um verdadeiro “Calcanhar de Aquiles” no nosso Ministério. Precisamos de melhorar bastante esse trabalho. A circulação tem de fluir mais. A boa notícia é que o Secretário Geral anunciou no último Conselho de Direcção que está em curso a desmaterialização dos documentos, ou seja a informatização da circulação dos documentos. Espero que consigamos fazer isso durante o ano 2019.

Estou certo que, com empenho e dedicação de todos os colegas, faremos de 2019 o ano da mudança efectiva para o novo ciclo político no Sector da Justiça.

Reitero os meus votos de Feliz Ano para todos e as vossas famílias, que são o grande suporte moral, espiritual e humano de cada um de nós.

Muito Obrigado!

## IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

Foi no dia 5 de Janeiro de 1976 que se emitiu o primeiro Bilhete de Identidade, atribuído ao Primeiro Presidente de Angola, Dr. António Agostinho Neto.

### 43º Aniversário da Emissão do 1º BI

Em comemoração do 43º aniversário da emissão e atribuição do 1º Bilhete de Identidade da República de Angola, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realizou, no dia 5 de Janeiro de 2019, feiras do Bilhete de Identidade em todo o país.

A pesar da data calhar num sábado, todos os Postos de Identificação Civil e Criminal a nível nacional emitiram Bilhetes de Identidade e Certificados de Registo Criminal.

Na província de Luanda, foram realizadas campanhas de sensibilização em quatro pontos, designadamente no Largo 1º de Maio, Mercado do 30, Mercado do Catinton e Mercado do Sábado, da Funda.

A feira teve como objetivo fundamental estimular a interatividade de comunicação e informação inerente ao Bilhete de Identidade, dotar de conhecimentos a população sobre as vantagens do Bilhete de Identidade Integrado e interagir com o público sobre os procedimentos para a melhoria do atendimento



## IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

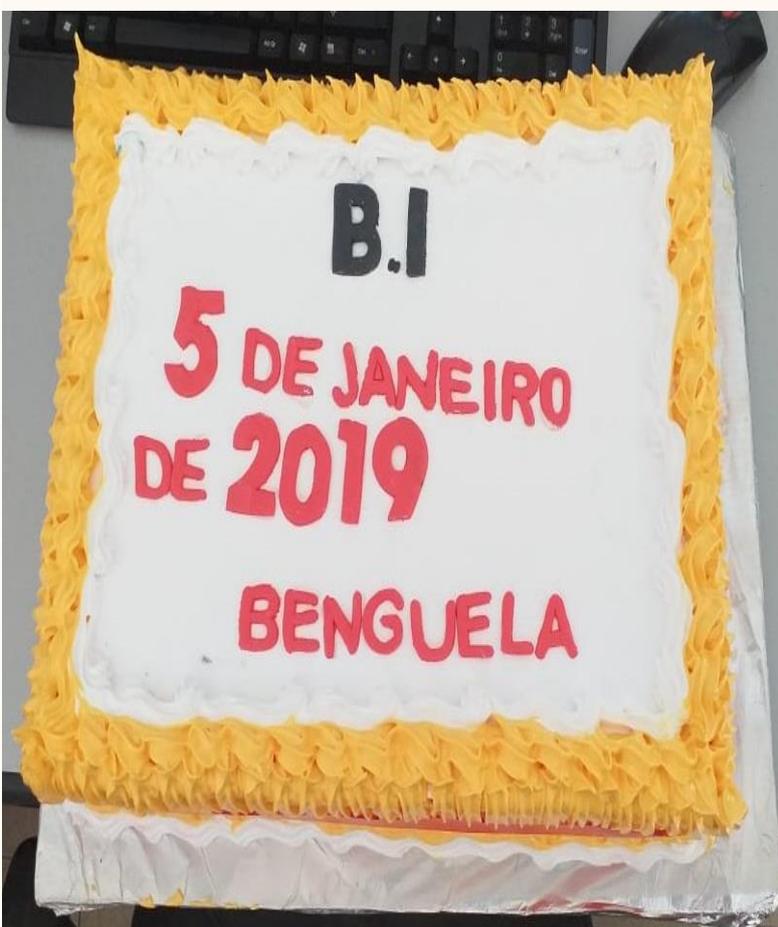
### 43º Aniversário da Emissão do 1º BI em Benguela



A província de Benguela abriu a campanha com um atendimento ao público para a emissão de Bilhete de Identidade, que começou às 08h00 e terminou às 15h00.

A actividade culminou com uma visita guiada ao Porto do Lobito, com direito a uma volta de barco na Restinga, seguindo-se o corte do bolo.

Houve, depois, um momento de reflexão sobre os serviços prestados.



## IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

## PROVÍNCIA DO HUAMBO

### 43º Aniversário da Emissão do 1º BI



Em alusão a data a província a delegação provincial do Huambo, emitiu bilhetes de identidade no dia 05 de Janeiro. A data foi antecedida de actividades desportivas, gala de homenagem e troca de presentes entre os funcionários.

Realizou-se partida de futsal, entre a Identificação Civil e Criminal e a seleção dos demais serviços afectos a justiça, tendo vencido o torneio a Delegação Provincial da justiça.



## IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

Foi no dia 5 de Janeiro de 1976, que se emitiu o primeiro Bilhete de Identidade, atribuído ao Primeiro Presidente de Angola, Dr António Agostinho Neto.

### 43º Aniversário da emissão do 1º BI, no Huambo



## ENTREVISTA



### Paulo António

Há um elevado número de cidadãos sem B.I, por falta de registo de nascimento.

## *Dura Realidade*

Por: **Telma Palmira Santiago**

Em saudação ao 43º aniversário do BI, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realizou feiras de sensibilização e emissão de Bilhete de Identidade em todo o país. O GCII teve a chance de interagir com muitos cidadãos. Para o nosso espanto, verifica-se um número elevado de cidadãos maiores de idade que nunca obtiveram o Bilhete de Identidade.

Paulo António, de 30 anos de idade, nascido na província de Malanje, veio parar a Luanda com 5 anos devido a guerra. Revelou a nossa equipa que também nunca teve registo, porque não conseguiu encontrar os documentos exigidos pela conservatória. Em consequência disso não consegue obter o Bilhete de Identidade.

Ele diz lamentar tais factos, uma vez que é cidadão Angolano e órfão. Não sabe o que fazer para ver tal situação resolvida.

### **A RONDA PELOS PONTOS DE SENSIBILIZAÇÃO**

Na nossa visita ao Mercado do Km 30, conversamos com Sara Manuel, de 40 anos, mãe de 5 filhos. A sua história não foi diferente da anterior. E por não ter registo nem Bilhete de Identidade, não consegue registar os filhos.

Dona Sara disse não entender como é possível tantas voltas para resolver um problema de tamanha importância... apela um pouco mais de atenção para estes casos.

**Despacho Nº  
4229/GMJDH/2018**

Nova plataforma de correio electrónico institucional, implementado pelo Instituto Nacional de Fomento da Sociedade da Informação (INFOSI).

## Despacho que obriga a utilização do Correio electrónico institucional



REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS  
GABINETE DO MINISTRO

### **DESPACHO Nº4229/GMJDH/2018.**

Tendo em conta que a maior parte dos Departamentos Ministeriais utilizam o correio electrónico institucional como ferramenta de trabalho, para troca de informação institucional, obedecendo as políticas da comunicação institucional interna e o alinhamento ao Processo de Governação Electrónica do Executivo:

Considerando a necessidade de se normalizar a utilização do correio electrónico institucional (e-mail) no sector, uma vez que este método vai permitir melhorar a correspondência do correio electrónico, garantindo maior segurança e integridade da informação.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137º da Constituição e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 3/17 de 13 de Outubro, conjugado com alínea a) do artigo 5º e o nº1 do artigo 6º do Decreto Presidencial n.º 77/18 de 15 de Março, Diário da República n.º 36, I Série, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

#### **DETERMINO:**

- 1- Que doravante todos os funcionários do MJDH devem utilizar obrigatoriamente, o correio electrónico institucional como ferramenta para tramitação de informações e documentos electrónicos interna e externamente;
- 2- O presente despacho produz efeitos imediatamente.

#### **DÊ-SE CONHECIMENTO E CUMRA-SE**

**GABINETE DO MINISTRO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS, em**  
Luanda, 7 de Dezembro de 2018.

O MINISTRO

  
Francisco Queiroz

MA. 18

**MA Nossos Valores: Transparência, Lealdade e Rigor**

Rua 17 de Setembro, Cidade Alta, Bairro de Saneamento Município da Maianga C. P. 2050 Luanda  
Telefone/Fax: 00 244 222 339 914 / 00 244 222 330 327